



ACÓRDÃO Nº 1011/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2345/2013.

Apenso: Processo nº 2489/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Sr. Ademair Raimundo Mauro Teixeira – Presidente da AADC.

4- Exercício: 2012.

5- Órgão: Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD-AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2702/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.3779/3798).

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC. Exercício de 2012.

Contas Irregulares. Multa. Fixação de prazo. Recomendação. Arquivamento. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC, exercício 2012, de responsabilidade do **Sr. Ademair Raimundo Mauro Teixeira** – Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar multa na ordem de **R\$13.152,16** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) ao **Sr. Ademair Raimundo Mauro Teixeira** com fundamento no art. 308, II da Resolução n. 04/2002 pelo não encaminhamento dos dados mensais eletrônicos via antigo Sistema ACP de janeiro a dezembro/2012: Restrição 12 da DICAD/AM do Relatório/Voto.

10.3. Aplicar multa na ordem de **R\$4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e



ACÓRDÃO Nº 1011/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

quatro reais e doze centavos) ao **Sr. Ademar Raimundo Mauro Teixeira** com fundamento no art. 308, V do Regimento Interno do TCE/AM, pelas restrições 13 e 16 da DICA/AM do Relatório/ Voto;

10.4. Aplicar multa na ordem de **R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao **Sr. Ademar Raimundo Mauro Teixeira** com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelas restrições 1-16 e 19-30 da Dica/AM e pelas restrições 3-10, 13 e 14 do Ministério Público, do Relatório/Voto;

10.5. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.6. Recomendar ao atual Presidente da Agência de Desenvolvimento Cultural que:

10.6.1. Busque junto ao Executivo Estadual a correta definição da natureza jurídica da entidade;

10.6.2. Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto ao Sistema e-Contas e Gefis;

10.6.3. Atualize e providencie melhorias no detalhamento das informações, com fins de atender as expectativas de controle social pela população na forma que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC 101/2001;

10.6.4. Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;

10.6.5. Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos;

10.6.6. Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis;

10.6.7. Observe com maior rigor o que determina a Lei n. 4320/64;

10.6.8. Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque.

10.7. Após cumprimento das medidas acima, **determinar o registro e o**



ACÓRDÃO Nº 1011/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

arquivamento destes autos e de seus apensos, nos termos regimentais;

10.8. Dar ciência deste Acórdão ao responsável.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Outubro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral